



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

A PRODUÇÃO SENSÍVEL
Gênero e Política pública uma história feita por muitas mãos

JULIETE SILVA OLIVEIRA

TÂNIA MARA ALVES

A PRODUÇÃO SENSÍVEL

Gênero e Política pública uma história feita por muitas mãos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Título de Tecnólogo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins, Campus Palmas-TO.

Orientador: Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba

Co-orientador: Prof^a. Dr^a. Nahete de Alcântara Silva

OLIVEIRA, J. S., ALVES, T. M, 2017-

A Produção Sensível: Gênero e Política pública uma história feita por muitas mãos / Juliete Silva Oliveira & Tânia Mara Alves, Palmas-TO, 2017, 48 p

Orientador: Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba

Monografia: Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFTO. Campus Palmas, 2017

1 Políticas públicas. 2. Gênero. 3. Gestão. I. IFTO Campus Palmas-TO. Coordenação de Gestão Pública. II. A Produção Sensível.

JULIETE SILVA OLIVEIRA
TÂNIA MARA ALVES

A PRODUÇÃO SENSÍVEL
Gênero e Política pública uma história feita por muitas mãos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do Título de
Tecnólogo do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins,
Campus Palmas-TO.

Orientador: Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba
Orientador
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

Prof^a. Ms. Ana Carolina Falcão – IFTO
Professor Avaliador
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

Prof^a. Dr^a. Nahete de Alcântara Silva – IFTO
Professor Avaliador
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

Palmas-TO
2016

Dedico a todas as mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, entre elas a minha mãe e minha avó, que fizeram e fazem da natureza seus fluxos desejantes para produzir, alimentar, conduzir e respeitar, trazem em seus corpos as marcas da natureza e as marcas das ferramentas que se traduzem na comida que podem comer, nas enfermidades que podem sofrer, nas diversões a que podem se dar, nos anos que podem viver, e nos pensamentos com que podem sonhar – suas religiões e esperanças.

Ninguém é responsável pelo fato de existir, por se constituir dessa ou daquela forma, por estar sob essas circunstâncias, nesse ambiente. A fatalidade do seu ser não pode ser desvinculada da fatalidade de tudo aquilo que foi e que será (FRIEDRICH NIETZSCHE).

OLIVEIRA, Juliete Silva; ALVES, Tânia Mara. A PRODUÇÃO SENSÍVEL – Gênero Política Pública uma história feita por muitas mãos. Pré-projeto (graduação) – Curso de Tecnologias em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologias, Campus Palmas – TO, 2017.

RESUMO

Em matéria de reprodução do humanismo no meio, o gênero feminino vem ao longo das últimas décadas atuando na construção de políticas públicas que combatem a pobreza e a desigualdade entre as populações e que tanto têm limitado o avanço socioeconômico de comunidades e sociedades periféricas. Debater gênero e desenvolvimento sociocomunitário na concepção das políticas públicas, é, na verdade, uma tentativa de valorar a participação das mulheres na construção destas e o fortalecimento de iniciativas que promovam a igualdade de direitos entre os gêneros, o trabalho propõe, portanto, realizar análise simples dos aspectos descritos tendo como base as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu.

Palavras-chaves: políticas públicas, gênero, gestão.

OLIVEIRA, Juliete Silva; ALVES, Tânia Mara. THE SENSITIVE PRODUCTION - Genre Public Policy a history made by many hands. Pre-project (graduation) - Technology Course in Public Management, Federal Institute of Education Sciences and Technologies, Campus Palmas - TO, 2017.

ABSTRACT

In terms of the reproduction of humanism in the environment, the feminine gender has over the last decades acting in the construction of public policies that fight against poverty and inequality among populations and that have so much limited the socioeconomic advance of communities and peripheral societies. Discussing gender and socio-community development in the conception of public policies is, in fact, an attempt to value the participation of women in the construction of these and the strengthening of initiatives that promote equality of rights between genders, the work therefore proposes to perform analysis Of the aspects described on the basis of the Babaçu Coconut Breaking Women.

Keywords: public policies, gender, management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 A condição da mulher em referência ao desenvolvimento socioeconômico	15
2.2 Uma história que chora	16
2.3 Gênero como linguagem	19
3 A ESCOLHA SENSÍVEL	21
3.1 Um mapa, uma carta ou um desenho para o território de saberes	21
3.2 A maneira de fazer e suas referências	23
3.3 A palmeira mãe como marco de generosidade	24
4 MÉTODO E METODOLOGIA	30
4.1 Desenho do Estudo (Tipo de Estudo)	31
4.2 Perfil classificado	30
4.3 Local de realização da pesquisa e critérios de inclusão e exclusão	31
4.4 Variáveis	31
4.5 Instrumentos de coleta de dados estratégias de aplicação, processamento, análise e apresentação de dados	32
4.6 Riscos	33
4.7 Benefícios e desfechos	33
5 OCUPAÇÃO E OPRESSÃO NA ANÁLISE DO GRUPO	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU	Organização das Nações Unidas
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

INTRODUÇÃO

Ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pretende-se, ir além da identificação de políticas e programas que atendam a mulheres, embora a identificação de tais políticas seja um momento necessário da própria pesquisa. Ao adotar o conceito de gênero como referência para a análise, procurou-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria, em atenção ao objetivo de produzir estudo sobre a importância da participação das mulheres na concepção de políticas públicas de caráter humanitário, inclusive as do cuidar.

A base referencial foi composta por textos e publicações diversas sobre mulheres envolvidas em movimentos sociais em parte da Amazônia brasileira, como é o caso do movimento de sobrevivência na Transamazônica e das quebradeiras de coco da fronteira Pará, Tocantins e Maranhão.

Um ambiente novo permite que o comportamento feminino penetre em locais antes proibidos à diversidade de atos do gênero em questão. Diria o poeta a linguagem sonha, em uma análise da multiplicidade de fazeres das mulheres hoje e sempre. Sendo que em atenção aos objetivos específicos busca-se relacionar depoimentos e fatores históricos com a luta das mulheres quebradeiras de coco da tripe fronteira: Pará, Maranhão e Tocantins por direitos e construção do imaginário coletivo e imergir no material produzido pela Nova Cartografia Social da Amazônia sobre os conflitos existentes na área, para localizá-lo no estudo e confirmar a suspeita de que as mulheres são grandes produtoras de políticas públicas.

Explorando as consequências epistemológicas de um materialismo histórico feminista, Nancy Hartsock (1983, p. 10) se concentrava nas categorias que o marxismo não tinha sido capaz de historicizar: o trabalho sensorial das mulheres na produção de seres humanos através do parto e da criação de crianças; e o trabalho de nutrição e de subsistência de todos os tipos feitos pelas mulheres. Baseando-se em premissas como esta, buscar-se-á a compreensão de que o trabalho das mulheres, bem como o seu envolvimento constituem um importante componente para a concepção de políticas públicas, sobretudo aquelas que se voltam ao combate da violência em todas as suas configurações e que trabalham para a

inclusão crescente de grupos marginalizados da sociedade, entre elas, as ações de produção e reprodução coletivas e associativas e as organizações que se formam em torno destas, na tentativa de torná-las, mais do que uma tendência, uma política pública com força de lei. O trabalho que se propõe, é o de investigar a ausência do gênero feminino na gestão de programas e projetos voltados a esta problemática, pois que a sua concepção é fruto do elemento sensível das trocas simbólicas proporcionada pelas mulheres.

O desejo de se lançar no des(escrever) sobre mulheres pode ter nascido da questão biológica unicamente, não raro, portanto, seria encontrar quem o fizesse com convicção. A abrangência deste ato é fruto de vivências e observações: *“quando damos aos objetos (situações) a amizade que convém”* (Bachelard, 2008, p. 220), grifo nosso. Basta observar a ocupação das mulheres e até que ponto elas estão imbuídas de construir situações justas, ali mesmo onde estão para chegar-se a conclusão de que grande parte da educação para a vida é proporcionada por mulheres em comunidades e sociedades diversas.

Essa ocupação de alimentar prevê a chuva, conservar os frutos bons da colheita para que sirvam de sementes, entre tantas outras atitudes corriqueiras, e, as vezes desprezadas por se configurar como algo comum, são na verdade, princípios do cuidar, do zelar, do precaver, entregue às mulheres como uma obrigação que lhes cabe, como uma determinação, considerado ainda, em matéria de ciência social como “ações invisíveis”:

É sabido que desde os anos de 1970 a teoria feminista tem alertado para os perigos da supergeneralização ao sugerir que os valores, as experiências, os objetivos e as interpretações de grupos dominantes são apenas isso e que não há nada de intrinsecamente natural ou necessário acerca deles (Lawson, 1999). A filosofia e a epistemologia feminista, em particular, dedicam-se sobretudo à forma pela qual o gênero influencia nossas concepções de conhecimento, de sujeito cognoscente, assim como as diversas práticas de justificação dessas concepções. (HAMLIN, CYNTIA LINS, 2008 p 12).

Cabe aqui, observar o quanto essa cognição foi esgarçada nas últimas décadas com a crescente participação de mulheres em ambientes historicamente “proibidos” a este gênero. O surgimento de uma política pública é fruto do apelo e manifestação de uma população que identifica a situação-problema e levanta meios de erradicá-la. O que tenta se auscultar, é que grande parte da ambientação e

adequação da política pública é trabalho de mulheres em seus diferentes locais de vivência: trabalho, estudo, doméstico, lazer e saúde.

Como julgar a relevância de algo para o tecido científico? Quanto mais, se este elemento é de origem social e não unicamente biológico? Ter percebido que as mulheres empunham bandeiras e levantam questões, muito antes de outros grupos, sobretudo se as questões dizem respeito ao bem-estar de grupos invisíveis, ou marginalizados pelo estado de direito, foi o que moveu o desejo de também, assim como outros, escrever sobre a questão, conhecê-la, mergulhar-se nela para ser transformado ou para ajudar a ampliá-la.

Em consonância com os resultados das conferências, encontros, coletivos ocorrem transformações no núcleo comunitário, na vida das mulheres como poderá se observar nos resultados descritos pela Nova Cartografia Social da Amazônia, a que se pretende referendar no estudo em questão.

Para uma ambientação do estudo é necessário que se reconheça no referencial histórico, matizes de luta e posicionamento das mulheres em favor de lutas coletivas e por ser este estudo, fruto de formação para a gestão pública há que se mergulhar sensivelmente em aspectos socioeconômicos e da divisão sexual do trabalho, responsável por favorecer um gênero em detrimento do outro e posicionar o sexo feminino em posição inferior quando se trata de reconhecer aspectos relativos à capacidade diretiva e de gestão.

Considera-se tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica, criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade – e replicabilidade – e impacto social comprovado. É um conceito contemporâneo que remete a uma proposta inovadora de desenvolvimento – econômico ou social –, baseada na disseminação de soluções para problemas essenciais como demandas por água potável, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde ecologia, entre outros.

Ao estudante de gestão pública cabe se posicionar como um crítico do tecido social e das regras impostas de maneira, que, busque averiguar até que ponto o Estado cumpri o seu papel como administrador de conflitos instalados. Ou, ele mesmo, o Estado, é responsável por instalá-los? Trabalhar na tentativa de reparar desvios na execução de políticas públicas que promovam injustiças e exclusões,

para tanto ele se utiliza da capacidade de gestar ou replicar tecnologias sociais que podem originar-se quer no seio de uma comunidade, quer no ambiente acadêmico.

Ao fazer esse aporte na expectativa gerada pelas políticas públicas, o gestor público pode ainda aliar os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos. Para tanto importa, essencialmente, que a sua eficácia possa ser alcançada ou repetida por outras pessoas, permitindo que o desenvolvimento se multiplique entre as populações atendidas, sendo que eticamente, o que interessa ao tecnólogo em gestão pública é a melhoria na prestação de serviço público.

O trabalho proposto se justificar por estabelecer uma ponte entre a realidade insuficientemente justa de um gênero em relação ao outro e a gestão de políticas públicas associadas à condição da mulher como indivíduo com direitos constitucionais iguais, mas que, no entanto, não desfruta das mesmas oportunidades quando está em jogo situações de gestão e comando nos ambientes públicos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente a luta da mulher no norte do Brasil se confunde com a própria luta por sobrevivência, em um local de pouco acesso de bens e serviços. Quando se fala em norte e região amazônica, fala-se dos pequenos municípios e áreas rurais, e não dos grandes centros urbanos e suas áreas metropolitanas, que se diferenciam é claro de correlatos das regiões sul e sudeste, mas, reservadas as devidas proporções, tem um histórico pouco menos violento do que estes locais. As mudanças ainda permanecem no plano teórico, pois quando se trata de exemplos práticos da inserção das mulheres em projetos econômicos e sociais os exemplos escasseiam.

Nesse sentido as políticas públicas são exemplos determinantes, ao não integrar as mulheres nos seus questionamentos, decisões e planos para o desenvolvimento, mesmo naqueles em que a sustentabilidade ambiental e socioeconômica é considerada, embora as mulheres sejam capazes de mobilização social e de pensar parte delas.

Além do persistente silêncio, é necessário ressaltar que o papel dessas mulheres no desenvolvimento deve ser avaliado de modo crítico, e não somente se restringir a seus aspectos positivos, sob o risco de predominarem as idealizações. Mas a luta por inserção das mulheres amazônidas nos processos de desenvolvimento e mesmo de decisões locais das suas comunidades se pauta, em um primeiro momento, por positivar um papel feminino, o qual, por tradição ideológica sexista, vem sendo usado como discurso legitimador de opressão e dominação, qual seja, a 'inerente' ligação mulher/natureza. Esse princípio do ecofeminismo precisa ser tomado com cuidado, pois não basta apenas levar em conta os papéis de gênero atribuídos à mulher. Não é questão apenas de adicionar mais um elemento nas discussões, pois mesmo, possíveis mudanças nas relações de gênero não significam mudanças concretas no jogo de dominação e opressão.

A "revolução cultural" como querem alguns autores só será viável quando o gênero for suprimido, e não só ele, quando os papéis sociais, sejam eles pautados por sexo, raça ou classe, não mais restringirem as amplas possibilidades de homens e mulheres de interagir na sociedade.

2.1. A condição da mulher em referência ao desenvolvimento socioeconômico

O último relatório da ONU, Mulher 2015, referência para o biênio 2015-2016 tem como título: “Progresso das mulheres no Mundo: Transformar as economias para realizar direitos”. O texto tem início incisivo: “Direitos econômicos e sociais das mulheres – trabalho digno, saúde no trabalho, apoio na tarefa de cuidados de outras pessoas e segurança na velhice”. O mesmo relatório traça um panorama nada animador que se complementa pela significativa queda nos números representativos para a ocupação de mulheres e postos de trabalho de coordenação e gestão, e ainda, a insistente diferença de salários entre os gêneros feminino e masculino, cerca de 30% inferiores para as mulheres.

Os dados do relatório mostram que uma grande lacuna permanece entre a representação das mulheres na força de trabalho em geral, bem como em posições de liderança. Embora a representação geral das mulheres seja de uma média de 39,7% entre as 10 empresas de maior índice de gestão por mulheres no mundo, a proporção de cargos de liderança ocupados por mulheres variou de 11% a 33%. Enquanto este grupo supera médias globais, a ONU Mulheres estabeleceu a paridade como meta para essas empresas. Portanto, os compromissos individuais de cada uma das empresas contemplarão uma variedade de caminhos para alcançar essa meta.

Ainda segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, somente em 2133 as mulheres receberão remuneração igual à dos homens. O que levaria 118 anos. Houve avanços, contudo, 25 países conseguiram eliminar o dito “gap” em educação e mais de 100 têm hoje um número maior de mulheres do que de homens em Universidades. Entretanto, 22% dos 145 países analisados tiveram um aumento da desigualdade. O Brasil, por exemplo, caiu 14 posições no ranking só no último ano. Posição intensificada pelo último cenário político-administrativo que se estabeleceu no país, em que mesmo a presidência deixou de ser ocupada por uma mulher e com ela todo um corpo de gestão ocupado por lideranças femininas reconhecidas e relevante para a luta das mulheres por igualdade de direitos.

2.2. Uma história que chora

“A” política e “o” político, sem sombra de dúvida, são conceitos centrais e centrípetos que caracterizam e materializam ou espaços/territórios, ou formas de ação, dos movimentos e conhecimentos próprios do feminismo, como de todas as demais correntes do pensamento e teoria política.

Ainda que possa ser latente esta relação, ainda não o é para o recente campo de estudos que se autointitula “teoria política feminista”. O que se quer dizer, é que, a forma como os conceitos “a” política/”o” político estão relacionados à teoria feminista carregam em si valores semânticos diferenciados, ora como predicado, ora como adjetivo – segundo NANCY FRAZER (2008, p. 28), teoria da política referir-se-ia à distância teórica entre o teórico e sua atividade de teorização e o objeto de sua teoria; e, a teoria política, que tem o político como predicado da teoria, pois esta seria uma teoria que tem efeitos políticos, ou um contexto político, ou ainda um conhecimento que poderia reverter-se em uma intervenção política definitiva –, que devem ser analisados e discernidos a fim de se traçar o perfil deste campo do conhecimento, mesmo que, possivelmente a relação entre estes diferentes papéis gramaticais se misturem e sejam ambos, de forma paradoxal, relevantes para este conhecimento.

A timidez da participação política das mulheres é expressa, sempre que se tem um processo eleitoral nas três esferas no Brasil: município, estado e federação. Mesmo após a lei que garantiu cotas para as mulheres nas listas partidárias, a baixa participação vem se mantendo, embora, próximo aos períodos de eleição, ocorra uma força tarefa dos partidos para garantir a representação feminina nas suas legendas:

Leis não descrevem os padrões ou legitimam predições de eventos. Ao contrário, parece que elas devem ser concebidas, ao menos no que diz respeito aos objetos ordinários do mundo, como situando limites e impondo restrições aos tipos de ação possíveis para um dado tipo de objeto. Leis não apenas predicam tendências (que, quando exercidas, constituem o comportamento nômico) de objetos novos (ou de objetos familiares em situações novas ou situações-limite); elas impõem restrições (mais ou menos absolutas) a objetos familiares (BHASKAR, 1997, pp. 105-106).

Este, no entanto, é apenas um dos aspectos do problema relativo à baixa participação de mulheres em sistemas de gestão política e econômica no Brasil.

JUDITH BUTLER (1998), proporciona uma abordagem que entrelaça a noção de sujeito ao resgate do domínio do político com os questionamentos críticos à própria realização do sujeito. Enquanto uma questão inerentemente política, a crítica dos sujeitos, por sua vez, não poderia ser politicamente informada, já que é, antes de tudo, um próprio questionamento da política enquanto tal. De acordo com a autora, não se poderia dizer que o sujeito esteja engajado num campo propriamente político, visto que ele ou ela próprios, já são um advento previamente regulado e produzido (JUDITH BUTLER, 1998, p. 45).

Ou seja, Butler alerta para a incapacidade, ou limitação que o sujeito possui em referência a determinados processos políticos, por ser ele mesmo, fruto da produção social destas políticas que os coloca em um condicionamento padrão. O que inviabiliza, portanto, atuações que ofereçam resistência a elas.

Para a autora: O domínio da política se constitui por meio da produção e naturalização do pré ou, não político. Dever-se-ia distinguir entre a constituição de um campo político que produz e naturaliza esse exterior constitutivo e um campo político que produz e torna contingente os parâmetros específicos desse exterior constitutivo. Dessa forma as bases da política (“universalidade”, “igualdade”, “o sujeito dos direitos”) foram construídas mediante exclusões raciais e de gênero e por uma fusão da política com a vida pública que torna o privado (reprodução, domínios da “feminilidade”) pré-político” (BUTLER, 1998).

Como conhecida, a política institucional tem sido, historicamente, espaço de domínio masculino. Para TOBAR E MARTÍNEZ (2014, p 26), O acesso ao poder e espaços institucionais de deliberação, a capacidade de influenciar e ser ouvido é muito desigual. Os direitos garantidos pela democracia são desigualmente exercidos pelos cidadãos que sofrem de forma diferente a democracia. E essa é uma realidade de difícil e de lenta transformação, uma vez que, reflete a cultura patriarcal que demarca fortemente, ainda hoje, os papéis esperados para homens e mulheres.

Os estudos culturais sobre raça e etnia denunciam, de forma insistente, as relações espúrias entre, de um lado, o sujeito que é privilegiado no discurso e nas instituições dominantes e, de outro, o homem branco, de ascendência europeia. A análise pós-colonialista, por sua vez, flagra o sujeito racional e iluminado em

suspeitas posições que denunciam as complexas tramas entre desejo, poder, raça, gênero e sexualidade em que ele se vê, inevitável e inequivocamente, envolvido. Reunidas, essas teorias mostram que não existe sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, fora da cultura e das relações de poder.

O que se quer aprofundar aqui, é que a busca feminista por uma concepção de sujeito (mesmo que seja equivocada, ao se basear numa posição que, supostamente, seria fundamentalista) pressupõe que a categoria “mulheres” referir-se-ia a um campo perpassado por diferenças “indesignáveis” e que, desta forma, não poderia se reduzir ou mesmo se totalizar em uma única identidade descritiva. As críticas de feministas pós-colonialistas e feministas negras contribuíram para a permanência dessa noção aberta, um lugar de permanente abertura e resignificação. Butler acredita que este tipo de contenda entre as feministas sobre o conteúdo do termo/categoria deveria ser mantido, pois seria a base do fundamento infundado da teoria feminista, pois o ato de desconstrução do sujeito do feminismo permitiria, num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem [possam] emergir, (BUTLER, 1998 -1990).

Assim sendo, o sujeito político do feminismo seria concebido da seguinte forma:

No feminismo, parece haver uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, e não vou contestar essa necessidade. Esse é certamente o modo como a política representativa funciona e, neste país [Estados Unidos], os esforços de lobby são virtualmente impossíveis sem recorrer à política de identidade. Assim, concordamos que manifestações, esforços legislativos e movimentos radicais precisam fazer reivindicações em nome das mulheres (BUTLER, 1998).

A aclamação da autora encontra ressonância em discursos mais aclamados do movimento feminista não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo e, em particular no Brasil, em que há um histórico importantíssimo da luta de gênero, há também uma pauperização de conceitos e imagens relativas a mulher, e um esforço em afastá-las de situações de coordenação e gestão de processos.

2.3 Gênero como linguagem

A raiz da palavra em inglês, espanhol e francês é o verbo *generare*, gerar, e a alteração latina *gener-*, raça ou tipo. Nas três línguas refere-se a categorias gramaticais e literárias. As palavras modernas em inglês e alemão, “Gender” e “Geschlecht”, referem diretamente a conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, geração, engendramento e assim por diante. Para Donna Haraway, (2004), a diferenciação complexa e a mistura de termos para “sexo” e “gênero” são parte da história política das palavras.

A linguagem funda tendências, instala conflitos, os soluciona, os reforça, e por vezes é modificada por eles. A palavra (expressão, semântica, conceito, substantivo...), gênero e seus significados compartilhados apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo e seus consequentes discursos libertários e de oposição.

Os pares dualísticos que marcam um sistema relacionado de significados e que se reúnem em torno das famílias: natureza/cultura, natural/humano, natureza/história, recursos/produtos estabelecem uma interdependência fundada em um código binário de oposição e que funcionam para problematizar as alegações de utilização universal de conceitos relacionados a gênero e sexo. Em todas as suas versões, as teorias feministas de gênero tentam articular a especificidade da opressão das mulheres no contexto de culturas nas quais as distinções entre sexo e gênero são marcantes. Para Donna Haraway: Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta, (DONNA HARAWAY, 2004).

Os dois maiores pensadores das relações de trabalho na sociedade não levaram a um conceito político de gênero por duas razões principais, para Marx as mulheres existiam de maneira instável, como povos “tribais”, nas fronteiras do natural e do social, segundo a posição subordinada das mulheres as colocavam subjugadas pela categoria de divisão natural do trabalho como seres de heterossexualidade inquestionável. O que se verifica é que mesmo o maior movimento de construção da igualdade entre os povos, e de construção das

liberdades individuais, não foi capaz de conferir lugar à mulher em seus estudos de composição e de organização do pensamento.

Cabe, portanto, situar este não existir como categoria capaz de ser historicizada para Marx e Engels como um paradoxo, assumindo a mulher uma figuração constante como elemento fundamental na composição familiar, sendo que, esta, possui papel fundamental na história. O que ocorre evidentemente, é justamente uma incapacidade destes em retratar o sexo como algo além da natureza, funcionando unicamente como matéria prima ou material bruto para o trabalho da história.

Já mais recentemente, uma ficção reguladora, básica para o conceito de gênero, argumenta que a maternidade é natural e a paternidade é cultural: as mães fazem os bebês naturalmente, biologicamente. A maternidade salta aos olhos, a paternidade é inferida. O que para STRATHERN (2006, p. 7-49), aponta para o centro da produção da crença de que as mulheres fazem os bebês (seu par, que os homens se fazem a si mesmo), intrínseca às formulações ocidentais de sexo e gênero.

Partindo do pressuposto de que a luta por direito das mulheres assumiu contextos expressivos e se tornou visual demais para ser relegada a segundo plano, algumas concessões foram feitas, a exemplo de políticas públicas de gênero, no caso do Brasil e o crescente movimento de gênero da América Latina que merece referência, pelas conquistas alcançadas.

3. A ESCOLHA SENSÍVEL

O protagonismo das mulheres ao longo das últimas décadas busca mostrar a crise do paradigma dominante, as suas opressões e exclusões contra as quais elas se organizam com lutas pela sobrevivência, a decência e a dignidade. O seu espaço-tempo privilegiado e local. Esse comportamento observado, desencadeia a necessidade de se escavar as razões pelas quais as políticas públicas são em sua grande maioria também, fruto de lutas de gênero, mas, não são geridas por elas, quando de sua aplicabilidade prática. Sendo que na gestão destas políticas, ou seja, o campo político por excelência é uma espécie de não lugar das mulheres.

Cabe, portanto, que se pensasse em um processo metodológico de levantamento de dados e realização do estudo que seguissem a vertente participativa em respeito aos saberes prévios e ao gosto pela participação do gênero em questão.

3.1. Um mapa, uma carta ou um desenho para o território de saberes

No Brasil, o conceito de Cartografia Social surge com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, já no início da década de 1990, coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner, atualmente professor da Universidade do Estado do Amazonas. Este projeto obteve experiências de mapeamento sociais realizados na área correspondente ao Programa Grande Carajás,, projeto de exploração mineral iniciado em 1980 pela Empresa Vale S.A., na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro.

Assim, o território que antes era ocupado com base tradicional de uso coletivo, no caso, atividades extrativistas (borracha e castanha), pesca coleta de frutos e agricultura de subsistência, seria demarcado, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de uma visão capitalista segmentada, cartesiana e individualista, por meio da consolidação de assentamentos rurais. Nesse contexto, a elaboração de mapas que representassem o conhecimento espacial tradicional e coletivo da terra, demonstrando que os usos diversos do território não estavam associados aos limites exatos e geométricos de determinado terreno e sim a um uso coletivo e multifacetário, foi fundamental para a elaboração de políticas fundiárias e ambientais nacionais, com a discussão de legislações, a elaboração de planos de uso, de manejo e de gestão territorial e a criação de Reservas Extrativistas (REDE MOBILIZADORES, 20140)

A cartografia social vem se mostrando como um método eficaz quando o objetivo é identificar e qualificar conflitos em grupos que se encontram em risco social. Ao optar por essa maneira de levantar os dados necessários à análise que se busca fazer, atestou-se os resultados já alcançados pelo método com grupos de mulheres, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu da tríplice fronteira: Maranhão, Tocantins e Pará, que se utilizaram da cartografia social para além de promover a reedição de conceitos internos do grupo, para denunciar opressões e construir planos de trabalho para o fortalecimento da atividade econômica.

Metodologia criada para promover o alcance a grupos pouco expressivos em matéria de divulgação de seus problemas, conflitos e crises, a cartografia social responde satisfatoriamente quando o objetivo é fazer com que grupos altamente marginalizados tomem consciência do seu território, no sentido de re-apropriação e reinvenção deste, antes ela é um método de facilitação para a re-territorialização destes grupos, que por vezes, enfrentam conflitos até litigiosos.

Do que servirá a cartografia social para a composição do que se quer na avaliação de gênero e política pública? Ela será o fio condutor, pois os seus resultados transcritos em fascículos, serviram como objeto de análise no caso para o grupo de mulheres quebradeiras de coco babaçu da tríplice fronteira: Maranhão, Tocantins e Pará.

Geralmente os mapas são construídos por técnicos especializados, sendo que a sociedade nunca tem oportunidade de interpretar espacialmente seus locais de vida e poder construir seus próprios mapas. O mapeamento participativo garante o reconhecimento das demandas dos diversos tipos de comunidades, apresentando o cotidiano das mesmas, garantindo assim o desenvolvimento de sua identidade. O construtor dos mapas tem autonomia de conduzir a elaboração deles, por ser a representação da realidade do próprio cotidiano.

Para PLESSMAN (2013), a participação dos grupos mobilizados não se restringe a confecção dos mapas, pois a partir deste processo as demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva. O método de mapeamento participativo, segundo ACSELRAD (2010), possibilita o reconhecimento dos problemas e demandas do espaço de vida dos sujeitos, dando base para reivindicações da comunidade acerca do município e

dos seus recursos que podem ser elaborados e interpretados por um mesmo coletivo, através das construções simbólicas geradas em função do processo de mapeamento.

Nesse processo, as comunidades, de forma empírica e fundamentada na vivência cotidiana nos municípios, elaboram mapas e desenhos representando o meio físico e social em que vivem. PAULSTON (1996), complementa afirmando que a cartografia social é. “a arte e a ciência de mapear formas de ver” (PAULSTON, 1996, p.15).

3.2 A maneira de fazer e suas referências

Para BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (2009, p. 188). a escavação arqueológica levada a cabo pela imaginação utópica permite imaginar novos locais e novas articulações local-nacional-global, as neocomunidades para as quais a emancipação não assenta nem no reconhecimento da diferença nem no reconhecimento da igualdade e antes no reconhecimento de ambas.

É isso, a maneira de fazer é o resultado de uma brincadeira, um jogo, um exercício lúdico em que as mulheres puderam transitar entre igualdades e diferenças no momento em que construíram cartas geográficas das realidades partilhadas. “Pela noção de ‘fábrica do sensível’, pode se entender primeiramente a constituição de um mundo sensível comum, pelo entrelaçamento de uma pluralidade de atividades humanas. Mas a ideia de ‘partilha do sensível’ implica algo mais. Um mundo ‘comum’ não é, nunca simplesmente o ethos, a estadia comum, que resulta da sedimentação de um determinado número de atos entrelaçados. É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das ‘ocupações’ num espaço de possíveis. (JACQUES RANCIÈRE, 2009).

Abordagem do grupo de mulheres que se reúne em torno do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. Quebradeiras de Coco Babaçu: são mulheres agroextrativistas, guerreiras forjadas na luta pela conservação das florestas de babaçu, pela terra, pela valorização do extrativismo e pela dignidade de ser mulher, as quebradeiras de coco babaçu ganham força política ao se descobrirem como sujeito coletivo a partir da própria atividade

produtiva que desenvolvem, sempre realizada em rodas de conversas, em grupos de amizade e em parcerias por laços de família, compadrio e vizinhança. Mas não apenas isto, aquelas que tem um perfil participativo, de articulação de coletivos, com participação em fóruns, conselhos e grupos que deliberam sobre os contornos das ações de economia solidária no país e mais especificamente neste território.

“Não existe nenhuma teoria que explique a opressão das mulheres – com suas infinitas variações e monótona similaridade, tanto nas diversas culturas como ao longo do tempo – que tenha a força explanatória da teoria marxista da opressão de classe. Assim sendo, não é de surpreender que tenha havido inúmeras tentativas de aplicar a análise marxista à questão das mulheres” (GAYLE RUBIN: 1993).

Embora se atrele constantemente a questão da participação das mulheres em movimentos sociais, não se utilizou a visão reduzida, à apenas, ao comumente propalado, como uma questão de cunho socialista, buscou-se a liberdade de analisar a situação desvinculada do referencial ideológico partidário, querendo com isto, captar essencialmente o que alcançaram as mulheres, em matéria de transformação para as suas vidas, e para a vida de suas comunidades. Como um desses resultados expressivos, ambiciosamente expressivo, em se considerando o grupo que o pleiteia e a capacidade de mobilização deste, graças às mulheres quebradeiras de coco babaçu do MIQCB, impulsionaram a criação de leis estaduais que permite o acesso livre as florestas de babaçu nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

3.3 A palmeira mãe como marco de generosidade

Os movimentos sociais que agrupam as quebradeiras de coco babaçu nascem de forma organizada a partir da segunda metade da década de 80, num processo de enfrentamento de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, que haviam sido cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias a partir das políticas públicas federais e estaduais para as regiões Norte e Nordeste.

Em 1991, com o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís/MA, cria-se a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco.

Babaçu. Em 1995, no III Encontro Interestadual o nome é mudado para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

O MIQCB tem como missão “Organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defenderem as palmeiras de babaçu, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas regiões de extrativismo do babaçu”. Para Amartya Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade*, existem motivos outros para que almejemos mais riquezas, além daquelas que já possuímos:

Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos “fazer” com mais riqueza? Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar (AMARTYA SEN, 2010).

Organizado em 06 Regionais, com coordenação de 24 mulheres eleitas nos Encontros Interestaduais a cada triênio, quatro representantes por regional. Destas coordenadoras interestaduais sete formam a coordenação executiva, sendo seis coordenadoras executivas regionais e uma coordenadora geral.

Nos Encontros Trienais, 240 delegadas discutem e elaboram as políticas do Movimento num Plano de Ação Interestadual que é articulado e executado em cada Regional conforme especificidades locais. O MIQCB em cada Regional mantém pequenos escritórios e conta com o trabalho de uma assessora local. Em São Luís do Maranhão está o escritório central, onde tem uma equipe de assessoria técnica e administrativa.

Instaladas nesse território e sendo portadoras de uma ancestralidade que lhes conferiu um legado de pobreza crônica, as quebradeiras de coco, passaram por períodos em que tiveram, além da tradicional organização familiar patriarcal, entraves sociais que lhes retiraram a incipiente liberdade de produzir alimento através do extrativismo vegetal e prover os seus lares: “Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência” (AMARTYA SEN 2010).

Segundo dados da última Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD/IBGE), as brasileiras constituem hoje cerca de 40% da população economicamente ativa e sua incorporação ao mercado de trabalho tem sido mais acelerada que a da população masculina. A diferença de médias salariais entre

homens e mulheres tem diminuído em consequência da ocupação pelas mulheres de um número maior de postos de direção e executivos tanto na área pública quanto privada. O nível de escolaridade aumentou e, hoje, nos centros universitários estão em maior número.

As estatísticas revelam o papel central das mulheres na vida brasileira, mas também evidenciam as discriminações, desigualdades e violências a que estão submetidas, principalmente quando se trata dos indicadores sobre violência, sobre a situação das mulheres em assentamentos rurais, em comunidades agrícolas ou extrativistas.

A organização feminina em torno da proteção de florestas e biomas vem se constituindo uma regra mundo afora, a exemplo de Wangari Muta Maathai, que ficou conhecida no mundo pela sua luta de conservação das florestas e do meio ambiente. Ela fundou o movimento do Cinturão Verde Pan-africano (Pan-African Green Belt Network), no Quênia, uma iniciativa que plantou 30 milhões de árvores. Maathai manteve-se corajosamente contra o antigo regime opressivo, segundo declaração do Comitê Nobel, ao anunciá-la como a vencedora do Nobel da Paz. Suas formas de ação únicas, contribuíram para chamar a atenção nacional e internacional para a opressão política. Ela serviu como uma inspiração para muitos na luta por direitos democráticos e tem especialmente encorajado as mulheres a melhorar sua situação. Cinco anos após receber o Nobel, Wangari Maathai tornou-se Mensageira da Paz das Nações Unidas, a convite do secretário-geral.

Wangari não é o único exemplo, aqui mesmo no Brasil, na região norte e na Amazônia temos várias mulheres que assumiram a defesa da natureza como uma espécie de defesa dos seus filhos, consciente que estão da necessidade de conservá-la para as próximas gerações e para garantir qualidade de vida as espécies em geral. As mulheres quebradeiras de coco se inscrevem nessa categoria de cuidadoras da floresta, já que para elas a palmeira do babaçu é como se fosse uma inesgotável fonte de vida.

As Quebradeiras de Coco Babaçu da região, vinculadas ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB/Regional Pará durante o processo de mapeamento social registraram sobre a história de luta, a relação com o território e com recursos naturais. Nessa região as Quebradeiras de Coco Babaçu marcam suas experiências políticas, sociais com destaque para os saberes tradicionais e relação com a ecologia dos babaçuais. (AGROESTRATIVISTAS, 2009).

O fio condutor entre a luta traçada cotidianamente por essas mulheres e de tantos outros grupos, é o agrupamento de situações que as distanciam de um estado de direito, afeito à democracia. Qualquer pequena comunidade no Brasil, seja ela pequena em quantidade de membros, ou pequena diante dos olhos daqueles que são responsáveis por lhes garantir acesso a condições dignas de vida, enfrenta uma seara constante para ter acesso a direitos que são paradoxalmente garantidos por lei. A comunidade por ser, como dito anteriormente um território livre, se reinventa, cria as próprias possibilidades, vai forçando, por assim dizer, a barra, contra o quase intransponível muro da indiferença burocrática das políticas públicas.

O pensamento de Aristóteles representa uma notável contribuição à filosofia política no que diz respeito à qualificação do homem como um ser que realiza os seus mais altos fins na relação indissociável com a comunidade (polis) na efetivação de um bem comum. Tal perspectiva orientou um modo quase programático de pensar a ação humana na matriz comunitária, repercutindo no chamado comunitarismo contemporâneo em contraste com o individualismo liberal. Este último concebe a comunidade como uma associação composta por indivíduos que possuem suas próprias e independentes concepções em relação a um bem comum que, eventualmente, a comunidade poderia professar como essencial para o viver humano.

Diante deste pensamento antigo, em referência a Aristóteles, mas extremamente jovem, quando é colocado a serviço da comunidade e em oposição a este modo de ver a sociedade, e nela os valores ético-políticos que orientam a ação dos indivíduos, o comunitarismo propõe uma filosofia baseada no pertencimento social. Ao ressaltar valores comuns próximos ao ideal da virtude cívica, sob o lema de que, o bem deve ser correlato ao justo, pretende destacar a conformação social do sujeito engajado e imerso nas diversas configurações do viver comum. O comunitarismo aspira, assim, não só a corrigir os desvios da filosofia liberal na obliteração dos valores sociais, como também reavaliar a acusação anti-modernista do comunitarismo de Aristóteles.

As mulheres vêm demonstrando tenacidade quando o objetivo é colocar-se – o corpo é a única máquina de guerra –, em contraponto a ausência de direitos e a ineficiência de políticas públicas para atender uma gama muito grande de situações. Elas, historicamente estão em maior número quando a situação exige mobilizar grupos para discutir, formar fóruns e promover conferências, que vêm resultando na transformação de situações extremamente injustas em instâncias de debates e deliberações para a criação de dispositivos legais que resolvam, ou minimamente, apazíguem situações de conflito.

O exemplo é a própria Lei do Babaçu Livre, que embora seja criticada por diferentes grupos ligados à execução acadêmica do direito na tríplice fronteira, é uma vitória significativa para o grupo, não apenas em referência a uma geração de mulheres, mas a tantas outras, suas mães, suas avós, bisavós e, imagina-se quantas outras gerações anteriores de quebradeiras de coco, que foram impossibilitadas de ter acesso aos babaçuais, cercados por cercas em fazendas e muitas vezes até vigiados por jagunços.

Abre-se aqui a possibilidade para incluir como ingrediente determinante o fato destas mulheres viverem em comunidades, pouco afastadas dos centros de poder político e econômico e reunidas, portanto em um ambiente propício ao exercício da liberdade, mesmo que alguns julguem esta liberdade limitada, olhando de outro ângulo, a comunidade pode ser vista com outros olhos. Postergada ao desinteresse do estado e fugindo assim, ao controle social promovido por ele, de alguma maneira a comunidade como princípio de ambiente livre, descomplicado e afeito a reinvenção se ofereceu como território de práticas de liberdade que incluem condutas de coletividade, num exercício de alteridade que poucas sociedades experimentarão enquanto tuteladas pelo estado, SANTOS (2009).

Alguns comunitaristas - como M. WALZER e, sobretudo, C. TAYLOR, (1979, p. 55) - recusam os pressupostos epistemológicos liberais ancorados no individualismo e defendem uma política do bem comum no âmbito dos direitos como forma de melhor resguardar o pluralismo. Na análise de C. Taylor, por exemplo, o comunitarismo, mesmo recusando determinadas noções vinculadas à epistemologia do individualismo liberal, não implica necessariamente a negação de certas conquistas da modernidade. O que os comunitaristas reclamam é que determinados

valores sociais, incluindo a própria noção de justiça, pressupõem uma sociabilidade cooperativa do homem a partir de uma antropologia informada por razões morais, constituídas segundo uma determinada concepção de bem comunitário.

Além disso, algo só pode ser repartido e distribuído, mediante princípios neutros de justiça, se tiver um significado geral, um valor de uso comum que se articula com as valorizações intersubjetivas, marcadas pela dinâmica social do mútuo reconhecimento. Com base no caráter dialógico da ação humana que se configura na perspectiva de uma comunidade de discursos expressivos, Taylor reivindica o sentido comunitário de um espaço público, no qual os direitos e os interesses individuais adquirem consistência e base para a sua defesa.

Um dos maiores bens para a economia comunitária, e, em consequência solidária é o pluralismo, a diversidade cunha uma cultura baseada na liberdade de posicionamentos, vejam, não é a ausência de regras, é a liberdade de pensar dentro de uma bem elaborada rede de relacionamentos que sustentem esta liberdade, o que construirá assim, meios de produzir e consumir em respeito aos diferentes fatores de produção e comercialização. Isto é cultural entre determinados povos.

Este princípio de liberdade com relação os bens de capital e produção, a exemplo de terra e recursos naturais, foi ficando nas últimas décadas, a contar dos anos de 1960 até os dias atuais, mais visuais para a sociedade urbana, promovido pelo movimento ambientalista e pelas redes de cooperação internacionais que lutaram pela erradicação da fome no mundo, o que incluía: África, América Latina e Caribe.

4. MÉTODO E METODOLOGIA

De acordo com Salvador (1981 APUD MARCONI; LAKATOS, 2011), a Pesquisa Bibliográfica, enquanto procedimento metodológico implica em um estudo teórico e exaustivo da produção científica realizada em torno de uma temática. Partindo desse pressuposto, trata-se de um procedimento metodológico que oferece possibilidade para solucionar um problema, nesse sentido possui critérios e técnicas de coleta de dados bem definidos.

Em relação ao estudo em questão, cabe, portanto, que se pense em um processo metodológico de levantamento de dados e realização do estudo que siga a vertente participativa em respeito aos saberes prévio e ao gosto pela participação do gênero em questão.

Em um procedimento de metalinguagem, utilizaremos como princípio, também falar da Cartografia Social, método utilizado pelo grupo de Quebradeiras de Coco para documentar seu histórico de participação e luta por direitos.

A incursão no território das quebradeiras de coco foi realizado em material bibliográfico, no fio da memória que possui-se como filha do norte, tendo as florestas de babaçu como referência de bioma, e a quebra do coco como a atividade econômica de nossas ancestrais, muito do que compôs o estudo foi retirado da oralidade que cerca as comunidades.

3.1 Desenho do Estudo (Tipo de Estudo)

O mapa social só existe a partir da participação efetiva e incondicional da população envolvida. Nesse aspecto, é importante ressaltar que as metodologias utilizadas durante os trabalhos de cartografia social devem conter métodos participativos de transferência de tecnologia e do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, antes de construir o produto final, é imprescindível a abordagem de conteúdos relacionados à ciência cartográfica, com seus elementos técnicos básicos, a abordagem das teorias referentes à cartografia social, e a aprendizagem no que diz respeito ao manuseio de instrumentos de localização, como o receptor GPS (Sistema de Posicionamento Global).

A partir dessa alfabetização cartográfica, inicia-se o processo de diagnóstico da comunidade, ou seja, a produção do “mapa do presente”, com a definição de fronteiras e limites, a localização de elementos sociais e naturais considerados identitários da comunidade. Na sequência, são feitas reflexões a cerca do desejo da comunidade em relação ao seu território, quando são produzidos os “mapas do futuro” ou mapas referentes ao planejamento ideal da comunidade, conforme as situações-problema levantadas durante a elaboração do mapa-diagnóstico.

Tal situação pode ser exemplificada com a construção de mapas em áreas de risco urbanas, consolidadas ou em processo de consolidação, quando são enumerados os problemas de infraestrutura e serviços com os quais a comunidade convive, e são relacionados os projetos que beneficiariam os moradores, como sistema de esgoto, escolas, posto de saúde, áreas de lazer, etc.

Em um processo de escavação do que foi realizado pelo grupo de Quebradeiras de Coco enquanto produção da própria cartografia analisou-se esse produto em comparação com outras realizações e estudos

4. 1 Perfil classificado

Abordagem do grupo de mulheres que se reúne em torno do **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB**. Quebradeiras de Coco Babaçu: As quebradeiras de coco babaçu são mulheres agroextrativistas, guerreiras forjadas na luta pela conservação das florestas de babaçu, pela terra, pela valorização do extrativismo e pela dignidade de ser mulher, as quebradeiras de coco babaçu ganham força política ao se descobrirem como sujeito coletivo a partir da própria atividade produtiva que desenvolvem sempre realizadas em rodas de conversas, em grupos de amizade e em parcerias por laços de família, compadrio e vizinhança. Mas ainda aquelas que são capazes de se reinventarem como sujeitos da luta por direitos, que arquitetam soluções aos problemas comuns, que orientam a criação de leis em atenção a conservação de recursos e geram sustentabilidade.

4.2 . Local de realização da Pesquisa e critérios de inclusão e exclusão

O local é o território onde está instalado o conflito vivido pelas mulheres quebradeiras de coco, a tríplice fronteira: Pará, Maranhão e Pará, em especial as da região do Bico do papagaio – TO. Os textos e materiais que tratassem da temática que foi abordada no estudo. Como não ocorreram abordagens diretas dos indivíduos citados neste, os depoimentos eles foram coletados de outros materiais já publicados e, portanto, as fontes de origem foram citadas. Ressalta-se que caso sejam utilizados material iconográfico, eles estarão disponíveis ao público nas mídias sociais diversas e assim, a utilização para fins científicos já pré autorizada.

4.3 Variáveis

As variáveis a serem observadas neste estudo foram elencadas nos seguintes indicadores: relevância social da organização comunitária, da associação ou grupo organizado; alcance público da política pública, ou do projeto de lei para criação de políticas públicas, ou mesmo leis impulsionados pela reivindicação, ou reunião do grupo; abrangência territorial das mudanças ocorridas com a prática das alterações provocadas no tecido social, pós-exercício do que propõe a política pública em questão; ganho social para as mulheres envolvidas, para as famílias, região e estados; percentual de mulheres a ocupar postos de gestão e controle de políticas públicas no território.

4.4 Instrumentos de Coleta de Dados, estratégias de aplicação, processamento, análise e apresentação dos dados

O instrumento de coleta de dados, é a pesquisa bibliográfica simples em material impresso em meio físico ou digital. Foram levantados dados históricos da ocupação do território sob diferentes processos de povoamento e momentos políticos.

As estratégias de aplicação no projeto do que foi coletado como informação em referência ao estudo, foram: análise simples do conteúdo existente, publicado e disponível, comparação de dados estatísticos e ou simbólicos relativos à vida, a

organização comunitária, os resultados alcançados com o esforço de organizar-se e buscar alternativas para o problema em questão, dentre outras.

Tudo foi processado em composição textual de maneira que seja possível extrair interpretações acerca do universo de gênero dentro da questão em foco para servir ainda como referência a estudos posteriores.

4.5 Riscos

A eticidade da pesquisa implicou em: a) respeito ao participante indireto da pesquisa, pois como dito todo o material consultado e replicado já é resultado de processos científicos ou técnicos anteriores. Contudo há, por mais insignificante que seja o risco de que as pessoas envolvidas se sintam feridas em sua dignidade e autonomia.

4.6 Benefícios e desfechos

O benefício ficará evidente através do resultado obtido na conclusão do trabalho. Onde, os acadêmicos, os profissionais e toda comunidade, terão acesso ao trabalho para consulta, melhores esclarecimentos e informações sobre o tema desenvolvido. O gênero em questão terá a favor da luta por igualdade de direitos mais uma fonte bibliográfica e uma referência para alocar a questão junto ao debate sempre presente provocado pela existência ou não de determinadas políticas públicas.

No universo do estudo, buscou-se indícios de que as mulheres estão presentes em quantidades numerosas no momento de pensar, a partir da realidade vivida, políticas públicas que resolvam, ou amenizem problemas sociais, tais como: diminuição da pobreza, igualdade de direitos, respeito as diferentes formas de vida, políticas de acesso a bens e serviços básicos. De forma secundária tentou-se levantar através deste, iniciativas ocorridas no território da Amazônia Legal brasileira os movimentos históricos de resistência com forte componente de gênero em análise da contribuição desses grupos as transformações ocorridas nestes locais; relacionar depoimentos e fatores históricos com a luta das mulheres quebradeiras de coco da tripe fronteira: Pará, Maranhão e Tocantins por direitos e construção do

imaginário coletivo em fortalecimento ao princípio de igualdade de direitos em todos os momentos do processamento da política pública

5. OCUPAÇÃO E OPRESSÃO EM ANÁLISE DO GRUPO

Na década de 1920 a economia da Região Norte começou a entrar em declínio. Mesmo sem ter grande destaque na economia nacional, a extração dos produtos da floresta continuou sendo a principal atividade econômica da região.

A partir da década de 1950, o governo brasileiro começou a tomar algumas medidas para viabilizar uma maior integração da Amazônia com o restante do país. Em 1953, um órgão do governo federal foi especialmente criado para buscar o desenvolvimento por meio da ocupação e da exploração econômica da região: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

A Superintendência da Zona Franca de Manaus foi criada em 1967 com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico da Região Norte, atuando nos setores industrial, comercial e agropecuário. O principal polo industrial é o de Manaus, onde se instalaram muitas empresas nacionais e estrangeiras, principalmente montadoras de eletroeletrônicos. A atividade industrial atraiu para Manaus um fluxo de migrantes de toda a Região Norte e até de outras regiões do país.

O resultado desse processo de ocupações e desenvolvimento levou à devastação da floresta e aos conflitos pela ocupação de terras entre indígenas, posseiros e pessoas vindas de outros lugares. Os lucros ficaram com poucos, já os prejuízos ambientais e econômicos foram herdados por todos nós, brasileiros da Amazônia, da Região Norte e de todas as demais regiões.

Um dos maiores defensores da Amazônia e combativo estudioso das suas formas de ocupação, sobretudo aquelas que são financiadas pelo estado, o jornalista Lúcio Flávio Pintos, 2012, defende que o ritmo e o rumo da ocupação da Amazônia continuam a seguir as diretrizes estabelecidas pelo governo militar a partir de 1966. As mudanças ocorridas desde que os generais de exército deixaram de ser os presidentes da república, através das chamadas “vias de fato”, com a

redemocratização de 1985, tocaram sempre na periferia do poder de mando. Não na sua essência, defende ele.

O “modelo” de ocupação da região seria doutrinariamente definido no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Sua vigência começaria em 1975, perdurando até 1979, quando assumiria o último general-presidente, João Figueiredo, no cargo até 1985 (LÚCIO FLÁVIO PINTO, 2012)

A Amazônia constituiria o terceiro Brasil, a região de fronteira, que devia fornecer matérias primas e insumos básicos para os dois Brasis postados acima, na pirâmide hierárquica, e para o mundo. Sobretudo, produtos com uma alta carga de energia contida e que pudessem ser vendidos no mercado internacional, trazendo dólares para o país, o autor partilha essa visão com os movimentos diversos de defesa dos recursos naturais existentes na região amazônica.

O governo federal era o ator principal nesse cenário. Ele atendia principalmente às grandes empresas, mas essa serventia estava delimitada por uma forte concepção geopolítica. Não por acaso os agentes dessas ações eram técnicos. Associados aos dirigentes militares, eles se tornaram os responsáveis pela marca tecnocrática imposta à “corrida à Amazônia” (PINTO, 2012).

A Sudam foi criada em 1966 para coordenar todos os órgãos federais presentes à região. A União queria a centralização, uma mão de ferro para compatibilizar cada setor, aproveitar a sinergia e garantir o cumprimento da diretriz estabelecida. A concepção do desenvolvimento ainda era tosca, primitiva. Os clientes preferenciais das iniciativas e recursos do poder público eram os fazendeiros. Eles derrubavam matas, abriam estradas, formavam pastos e avançavam como as frentes anteriores de penetração no Brasil.

A crise da energia provocada pelo primeiro choque do petróleo, em 1973, deu um novo rumo a essa política. Se começava a faltar energia aos mais ricos ou se seu preço impunha novos cálculos de viabilização do funcionamento da máquina de produção, a Amazônia era o lugar mais indicado para receber novas funções.

No ano mesmo do primeiro choque do petróleo foi criada a Eletronorte. Sua missão estava bem definida no dispositivo do seu estatuto que autorizava a participação de acionistas estrangeiros no seu capital. O monopólio estatal da Eletrobras foi violado, mas isso era detalhe insignificante.

A Eletronorte não veio ao mundo para atender a população amazônica: sua razão de ser era fornecer energia farta e barata àqueles que viriam a ser os novos e decisivos protagonistas da Amazônia, deslocados dos seus antigos locais. A Eletronorte seria uma típica empresa colonial, fortalecida por sua especialidade: a geração de energia.

Em 1975 a empresa começou a construir, no rio Tocantins, aquela que viria a ser a quarta maior hidrelétrica do mundo. “Coincidiu” com o primeiro ano de vigência do descaradamente colonial II PDA. Sentindo-se desprestigiada e enfraquecida, a Sudam tentou reagir. Da mesma maneira como não foi ouvida pela Eletronorte, não a consultou ao decidir, em 1977, inventariar a floresta existente na área do futuro reservatório de Tucuruí. Esse foi um dos gargalos que a Eletronorte transpôs à força, passando violentamente por cima.

Brasília interditou essa questão à Sudam, que também ficou de fora da iniciativa seguinte, em 1980: a criação do Programa Grande Carajás, o Carajazão. Era coisa muito grave, pesada e decisiva para ser partilhada por mais um membro. As determinações eram categóricas, sem admitir meios termos: fincar unidades produtivas capazes de concorrer no mercado mundial, atendendo a crescente demanda por bens eletrointensivos.

Todo este cenário foi determinante para segregar grupos já isolados de colonos e pequenos agricultores, em locais de difícil acesso, sendo toda a região um imenso deserto de infraestrutura para garantir até mesmo o direito de ir e vir. Por sua vez, favoreceu a organização de comunidades dentro de uma matriz de organização orientada, grande parte, pelas prelações da igreja católica, à época, único exemplo de oferta de serviços públicos, sobretudo para saúde e educação.

Para as Quebradeiras de Coco, esta era a realidade, em uma perpetuação ancestral do modo de vida, a partir do final da década de 80 do século passado, impulsionadas pela crescente onda de grilagem de terras e pelo acirrado conflito agrário ocorrido na região, as mulheres sentiram, que a mínima liberdade experimentada até ali, em busca do alimento estava seriamente ameaçada, pelas condições imposta pelos conflitos e pelas cercas que estavam muito mais vigiadas, não permitindo a entrada para recolha do fruto do babaçu - planta da família das palmáceas (*Arecaceae*), dotada de frutos drupáceos com sementes oleaginosas e

comestíveis das quais se extrai um óleo, empregado sobretudo na alimentação, remédios, além de ser alvo de pesquisas avançadas para a fabricação de biocombustíveis.

Manejo do babaçu

Tinha lugar onde tinha riacho que secava no verão e hoje não seca mais, já voltaram às coisas da natureza e as muitas pessoas já estão conscientes de porque é necessário preservá-las. Por exemplo, agora quando quer botar uma roça, a gente procura o lugar onde o mato é menor, antes era qualquer canto. Porque aqui não é só uma reserva de babaçu, estamos preocupados em preservar tudo o que faz parte da natureza. (...). (MARIA NILZA LUZ CUSTÓDIO. FASCÍCULO TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DARESERVA EXTRATIVISTA DE CIRÍACO: REALIDADES E DESAFIOS, MARANHÃO, 2008, P. 4)

Todo este, estado de exceção, imposto por aqueles que agem na ausência do estado, pois se prevalecem da força, do poder oligárquico instalado em território em que a ausência de políticas sociais, favorecem a instalação e permanência deles, era, portanto, o que restava às mulheres, muitas delas, chefes de família. O momento e as lutas diárias forçaram a organização.

As situações sociais que se apresentam no eixo Santa Inês – Imperatriz, mais especificamente nos municípios de Monção, Santa Inês, Pindaré, Bom Jardim, Açailândia, João Lisboa, Cidelândia e Imperatriz compõe um “corredor” impactado por grandes empreendimentos que integram o denominado “Projeto Grande Carajás”, iniciado em 1980, com incentivos fiscais e creditícios para projetos agrícolas, agroindustriais e implantação de infraestrutura (transporte e energia elétrica), para o processamento de minérios, agropecuária, exploração madeireira e produção de celulose. Tais investimentos ameaçam os recursos naturais preservados por povos e comunidades tradicionais que secularmente habitam a região, entre eles: quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e povos indígenas (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014).

O trabalho da Cartografia Social foi o de apoiar a luta das mulheres do movimento, pois que a Cartografia Social se constitui como um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos.

A iniciativa do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) em produzir fascículos que contemplem a situação específica de cada regional deve-se a constatação de que nos últimos três anos assiste-se a novas formas de devastação dos babaçuais e exploração das quebradeiras de coco

vivenciadas de forma diferente por regional (MIQCB - Nova cartografia social da Amazônia: Quebradeiras de coco babaçu Tocantins, 2005).

Em relato dos pesquisadores transcrito no Fascículo 3, a área de ocorrência de babaçuais no Estado do Tocantins inclui o vale do Tocantins, que adentra parte do estado do Pará, com 290.000 hectares e o Vale do Araguaia, que inclui parte dos estados do Tocantins e parte do estado do Mato Grosso, com uma extensão total de 1.255.600 hectares. Durante a realização da pesquisa de campo, a equipe de pesquisadores percorreu os municípios de São Miguel do Tocantins, Sítio Novo, Axixá do Tocantins, Praia Norte, Carrasco Bonito e Buriti. “Em relação à devastação registramos derrubadas, compra do coco inteiro, venda de carvão do coco inteiro, envenenamento de pindovas e arrendamento do coco” (MIQCB- Nova cartografia social da Amazônia: Quebradeiras de coco babaçu Tocantins, 2005).

Em relação a atos delituosos contra as quebradeiras de coco e suas famílias registramos trabalho infantil, violência contra quebradeiras, ameaças de morte, impedimentos de acesso às áreas de babaçuais e aliciamento de trabalhadores. (FASCÍCULO 3, p. 06)

Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 180), defende que, quanto maior for o âmbito das relações geradoras de risco, tanto maior será a dependência na confiança do Estado e na sua gestão de risco, para as mulheres quebradeiras de coco, não cabia mais confiar no Estado como fonte de recursos institucionais e interventor para a mediação do conflito. Pois, de acordo com o autor, essa confiança se ancora, justamente nos sistemas de peritos, se assenta na possibilidade de o Estado lhes fiscalizar as atividades e gerir os riscos decorrentes de eventuais falhas ou consequências imprevistas do seu funcionamento.

Que fique claro, que a situação não reunia mulheres letradas, grande parte das quebradeiras de coco, eram, e ainda são, mulheres com pouca, ou quase nenhuma escolaridade, o que não as afastou de um sentimento de pertencimento e união à causa, ou seja, a defesa da atividade econômica, a defesa dos meios de produção, defesa dos recursos que lhes garantia a produção e consequente geração de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a organização das mulheres em torno da proteção da atividade econômica impulsionou a necessidade de promover garantias institucionais para essa atividade, uma das saídas seria a criação de suporte jurídico que garantisse o acesso às florestas de babaçu e exercício da atividade, como uma fuga da tirania da maioria.

O estopim para a produção das leis foi o crescente cerceamento e privatização dos campos. A fim de acompanhar a lógica do mercado, as grandes fazendas e latifúndios do Estado passaram a desbastar as áreas de palmeiras para implantar os campos e pastos da pecuária leiteira e de corte. Em seguida vieram as monoculturas da soja e arroz. Atualmente os conflitos são gerados pelas commodities (ALMEIDA, 2005).

As leis do Babaçu Livre surgiram como dito, da necessidade das populações tradicionais de Quebradeiras de Coco, como uma ferramenta que fosse capaz de conter o desmatamento e possibilitasse o acesso aos babaçuais, área de extrativismo. Tais pontos jamais poderiam andar desvincilhados um do outro, em virtude da impossibilidade de se lutar pelo acesso a um recurso natural que inexiste.

No Estado do Maranhão, território com uma extensão maior de extrativismo de babaçu, as conquistas pontuais dos municípios e regiões também ocorreram no âmbito estadual. A Lei Estadual foi aprovada em 1986 e, apesar de não constar a previsão legal do livre acesso às comunidades de quebradeiras de coco babaçu, a norma instituiu a proibição da derrubada das palmeiras. Para além do discurso ambiental, a aprovação das Leis do Babaçu Livre rompe o mundo jurídico como uma conquista política, afirmativa dos modos de viver, fazer e criar dessas comunidades tradicionais. Em 2008 a Assembleia Legislativa do Maranhão propôs alteração para o Art. 1º. Da Lei para unificar o texto que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O caput do art. 1º da Lei nº 4734/86 passará a ter a seguinte redação: Fica expressamente proibida a derrubada de palmeiras de babaçu em todo o território do Estado do Maranhão, exceto em áreas urbanas de municípios que componham regiões metropolitanas e em cidades com população acima de 500.000 habitantes. (PROJETO DE LEI ESTADUAL nº 154/2008)

Essa alteração traria prejuízo pela sua interpretação e aplicabilidade, pois a despeito das incongruências legislativas do Projeto de Lei Estadual nº 154/2008, o maior impacto de sua eventual aprovação foi em função das comunidades tradicionais que se utilizam desses recursos naturais para a sua reprodução física e social.

As quebradeiras de coco babaçu, reconhecidas como comunidade tradicional para fins de manutenção e preservação do seu modo de vida, há muito travam batalhas nos campos político e legislativo com o intuito de garantir o acesso e uso comum das palmeiras de coco babaçu e sua preservação contra o corte e o uso irracional.

O debate em torno da criação ou não de Leis, ou do acirramento da fiscalização do que garante a constituição brasileira, começou a fazer parte do cotidiano das mulheres, uma vez que eram tomadas por um sentimento de instabilidade quanto à atividade econômica e consequente sustento da família. Segundo o Ministério Público Estadual, há ainda um agravante na apresentação do Projeto de Lei em referência: ele viola o princípio da “proibição do retrocesso”

No que tange o peso do Estado como provedor de condições justas de trabalho e renda, e ainda, como gestor de políticas públicas eficiente no combate às injustiças e desigualdades sociais, sabe-se das suas limitações, sobretudo nas décadas de 80 e 90 do século passado. A lei defendida pelas quebradeiras, que veio – após muitas lutas do MIQCB – a ser estatuída em Leis do Babaçu Livre oficiais e formais em alguns municípios dos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, é uma forma de juridicidade retórica e substantiva que expressa na cultura e maneira de viver e trabalhar das mulheres, Medeiros, <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e93028bdc1aacdfb>.

Grande parte das conquistas alcançadas pelas Quebradeiras de Coco Babaçu ocorreu em um período de aplicação de políticas liberais do governo brasileiro, o trabalho feito pelo Estado para garantir a propriedade privada, e dar-lhe, total possibilidade para se desenvolver em ambientes em que são desprezadas as outras formas de “vida” – no sentido de habitat, local de moradia – aniquilou inúmeras pequenas comunidades no norte do país. JACQUES RANCIÈRE, (2014,

p.48), diz que o “bom governo democrático é aquele capaz de controlar um mal chamado simplesmente vida democrática”.

Quando se alerta para a capacidade de reunião das mulheres em torno de uma necessidade coletiva, o trabalho de construir meios que levem a garantir direitos que já existem, ou ainda, trabalhar para diversificar a aplicação destes direitos, dentro de vieses, que não são, por vezes, identificados pela matriz cartesiana da política pública, se afiança que esse gênero é capaz de pensar todos os aspectos do problema dentro de um contexto que considera detalhes como: sensibilidade, perspectivas diversas, abrangência, percepção em favor da coletividade.

Os contornos assumidos pelos territórios em que esse tipo de experiência de gênero ocorre, podem ser observadas pelos resultados alcançados na última década, várias políticas públicas foram aprovadas e colocadas em execução, grande parte delas, quiçá a totalidade, são resultados da energia feminina colocada a favor do comum. O importante é ser neste nível, do recorte sensível do comum da comunidade, das formas de sua visibilidade e da disposição, que se coloca a questão da relação território/política. O que se expressa com vigor, é um tipo específico de ligação entre modos de produção e reprodução no cotidiano das mulheres.

Em um momento que se caracteriza pelo crescente fortalecimento das individualidades, pela universalização radical das relações meramente mercadológicas, e por um horizonte negativo em termos de emancipação, o que pode efetivamente a coletividade? Em que pese, todas as respostas negativas para as iniciativas coletivas, é dentro desta adversidade que o trabalho é feito. Acostumadas a ambientes nada favoráveis, as Mulheres Quebradeiras de Coco, souberam tirar proveito do que já conheciam e dominavam, a força e tenacidade daqueles que são obrigados a sobreviver em ambientes nada favoráveis. Um fator que fez, e faz, enorme diferença, é justamente a ausência de regras e conceitos do sistema padrão de organização social. A liberdade comunitária de agir livre da presença do Estado.

A democracia nunca se identifica com uma forma jurídico-político, JACQUES RANCIÈRE (2014, p. 69). Isso não quer dizer que lhe seja indiferente. Isso quer

dizer que o poder do povo está sempre aquém e além dessas formas, afirma o escritor. Aquém porque o Estado pela distância estabelecida como poder absoluta dificilmente alcança essas comunidades e além por que mesmo se constituído como uma força de representação jamais será capaz de reproduzir a energia que circula em um território como este.

As mãos que empiricamente se colocam a tecer situações que levem ao bem-estar social e a justiça, como princípio de igualdade, são as mesmas mãos que enfrentam, sob quaisquer condições, a natureza para garantir o sustento da família e para alimentar, não apenas os seus, mas toda uma comunidade, em um ambiente que na maioria das vezes a tônica é a solidariedade. Essas mãos costumam situações, e por vezes, sem saber elaboram ricamente políticas públicas. É esta energia que se põe a serviço do outro, em uma verdadeira máquina de guerra, uma máquina de amor, uma máquina revolucionária, assim como quis DELEUZE e GUATRARI, 1995, em que assim como a literatura é um agenciamento, a solidariedade é uma forma muito poderosa de agenciamento.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. RJ: 2008.

BHASKAR, Roy. (1979), **The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences**. Brighton, The Harvester Press. [links]

BUTLER, Judith. “**Troubling Philosophy: Interview with Judith Butler**”, **Women’s Philosophy Review**, n.º 18, pp. 7-8 (Interview with Alessandra Tanesini), 1998. [links]

DELEUZE, Gilles. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1 / Gilles Deleuze, Fèlix Guattari. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. [links]

FRASER, Nancy. 2013. **Fortunes of Feminism. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. Verso: Brooklyn. [links]

_____. **How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it**. The Guardian, 14/10/2013. [links]

_____. 2008. **Escalas de justicia**. Herder Editorial, S. L., Barcelona. [links]

_____. **From Redistribution to Recognition? Dilemmas of justice in a “PostSocialist” Age**. New Left Review 1/212, July-August 1995. [links]

HARAWAY, Danna. “**Gênero**” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Londres, Free Association Books Ltda. 1991, capítulo 7.

HAMLIN, Cynthia Lins. (2000), **Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais**. Dados, 43 (2): 373-397. Disponível no site http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&md=S0011_52582000000200006&lng=pt&nrm=iso (acessado em: 10 nov. 2006).

HARTSOCK, Nancy. **The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism**. In: Harding, Sandra; Hintikka, Merrill (Orgs.) **Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology and philosophy of science**. Dordrecht: Reidel, 1983, p. 283-310. [links]

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.1, p.229-243, jan.-abr. 2013.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Mulheres na Política**. Pesquisa Ibope e Instituto Patrícia Galvão. São Paulo, 2009. [links]

KRISTEVA, J - **Le temps sensible – Proust et l'expérience littéraire**. Paris: Gallimard, 1994. [links]

KRISTEVA, J – **No Princípio Era o Amor: Psicanálise e Fé**, São Paulo, Brasiliense, 1987. [links]

Marx, Karl. 1984 [1867] **A mercadoria. O Capital**, vol. 1, tomo 1 (Seções 1 e 4). São Paulo: Abril (Col. Os Economistas), pp. 45-78.

NETO, Nirson Medeiros da Silva. **LEI DO BABAÇU LIVRE: A JURIDICIDADE ESPECÍFICA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU**. Universidade Federal do Pará. CONPEDI. 2012.

PINTO. Lúcio Flávio, **Amazônia Decifrada e A Questão Amazônica**. amazoniaacontece.blogspot.com/2016/07/energia-nuclear-no-para.html. [links]

RANCIERE. Jacques – **A partilha do sensível**, Editora 34, 2005.

_____. Jacques – **O ódio à democracia**, Boitempo Editorial, 2014.

RUBIN, Gayle. **El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo**. Nueva Antropología, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986. [links]

SANTOS. Boaventura de Souza - **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. Porto: Afrontamento, 2000 (2ª edição).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STRATHERN, M. **O Gênero da Dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp. 2006 [1988]. (Capítulo 2). [links]

TAYLOR, C., **Hegel and the Modern Society**, Cambridge University Press, Cambridge, 1979. [links]

TOCANTINS, **Quebradeiras de Coco. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB – Nova cartografia social da Amazônia**, Fascículo 3, São Luiz, 2005. [links]

The World Bank. **Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. Relatório sobre o desenvolvimento mundial** de. The International Bank for Reconstruction and Development, Washington D.C. 20433 Internet www.worldbank.org. [links]

Walzer, M., **Spheres of Justice: a Defense of Pluralism and Equality**, Robertson, Oxford, 1983. [links]

APÊNDICES